

Comunicação em emergências humanitárias: Marinha do Brasil capacita jornalistas e estudantes para os combates modernos¹

Fabrizio Sérgio Costa²

RESUMO

O estudo analisa a experiência inédita da Marinha do Brasil com o Curso de Cobertura Jornalística em Áreas de Combate e em Emergências, criado para capacitar comunicólogos para atuar em emergências humanitárias. Fundamentado nos princípios da comunicação pública, transparência, direito à informação, accountability e comunicação de risco e crise, o trabalho adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. Os objetivos são ampliar o diálogo entre a imprensa, as Forças Armadas e Auxiliares e a academia; promover coberturas mais éticas e responsáveis e fortalecer a comunicação pública. A pesquisa justifica-se pela urgência de preparar comunicadores para situações extremas. Entre os resultados, destaca-se a capacitação de 94 alunos, de 17 estados mais o DF, de 66 órgãos de imprensa do Brasil e do exterior.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; emergências humanitárias; Marinha do Brasil; capacitação de jornalistas e estudantes de comunicação; direito à informação

1- Introdução

Em um contexto global cada vez mais impactado por emergências humanitárias, como desastres naturais e conflitos urbanos, o papel da imprensa torna-se fundamental para garantir o direito à informação da população, a transparência das instituições e a prestação de contas do Estado, a fim de fortalecer a democracia e a cidadania no nosso país. Entretanto, com raríssimas exceções, jornalistas e estudantes de comunicação não se encontram, em sua maioria, preparados para atuar em áreas de emergências humanitárias, o que, consequentemente, compromete tanto a integridade física quanto a qualidade da cobertura jornalística.

Nesse contexto, a Marinha do Brasil (MB) identificou uma demanda reprimida no mercado jornalístico e, há um ano e meio, passou a oferecer aos profissionais de imprensa e estudantes de comunicação, de todas as partes do país e do exterior, o Curso de

¹ Trabalho apresentado no GT 6 - Boas Práticas em Comunicação Pública: Estudos de caso, no III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, realizado de 20 a 22 de outubro de 2025 em São Cristóvão/SE.

² Mestrando em Comunicação Digital e Cultura de Dados da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getúlio Vargas (FGV ECMI). E-mail: fabscosta@yahoo.com.br

Cobertura Jornalística em Áreas de Combate e em Emergências (CCJACE), em parceria com órgãos de segurança pública e defesa civil do Rio de Janeiro.

Trata-se de iniciativa pioneira de capacitação de comunicólogos para enfrentar os novos desafios do século XXI: os combates modernos, ou seja, as emergências humanitárias- infelizmente, cada vez mais intensas, próximas e frequentes no nosso cotidiano. Com foco em transparência, direito à informação e accountability, o CCJACE prepara jornalistas e estudantes de comunicação para agir com ética, responsabilidade e segurança emocional em situações extremas.

2- Objetivos

O objetivo principal do CCJACE é ampliar a compreensão mútua entre jornalistas, estudantes de comunicação e militares das Forças Armadas brasileiras (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) e das Forças Auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros). Todos esses atores possuem função importantíssima no teatro de operações e devem desenvolver uma relação harmônica e de confiança, a fim de levarem alento às populações vulnerabilizadas por emergências humanitárias, como desastres naturais e conflitos armados. Já os objetivos específicos do curso são fortalecer a comunicação pública em contextos extremos, por meio da prestação de informações fidedignas à população sobre as emergências humanitárias e contribuir para uma cobertura jornalística mais segura, ética e qualificada desses combates modernos.

3- Justificativas

O Curso de Cobertura Jornalística em Áreas de Combate e em Emergências (CCJACE) se justifica como uma resposta inédita, inovadora e eficaz à necessidade urgente de qualificar profissionais de imprensa e estudantes de comunicação para atuar com responsabilidade, ética e segurança em situações de emergências humanitárias. Em tempos de calamidades públicas e de desinformação digital, capacitar jornalistas e estudantes da área é investir na democracia informacional, na prestação de contas do Estado e no fortalecimento da imprensa e das universidades brasileiras.

A experiência do CCJACE mostra que é possível construir pontes entre militares, jornalistas e a academia, promovendo um ecossistema de confiança mútua e comunicação

pública eficiente. Iniciativas como o CCJACE devem ser replicadas em todo o território nacional, fortalecendo o jornalismo em contextos extremos e contribuindo para a justiça informacional e a equidade territorial.

Sob a ótica da comunicação pública, o CCJACE se justifica como uma política de capacitação cidadã. Ao integrar jornalistas e estudantes de comunicação às rotinas operacionais das Forças Armadas e órgãos de segurança pública, o curso contribui para maior accountability institucional, reforçando o controle social sobre as ações do Estado em contextos extremos. Além disso, promove uma transparência ativa, ao abrir os bastidores das operações à cobertura crítica e fundamentada da imprensa, rompendo barreiras históricas entre civis e militares.

Portanto, iniciativas como essa devem ser incentivadas e replicadas, especialmente em tempos de emergências humanitárias crescentes. A democratização do acesso à informação está vinculada à valorização de uma imprensa capacitada, ética e segura. Em um país marcado por desigualdades territoriais e vulnerabilidades múltiplas, formar comunicadores para atuar em situações-limite é também um ato de justiça social, que fortalece os pilares do Estado Democrático de Direito.

4- Metodologia

O estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, buscando compreender como o jornalismo pode atuar em situações de emergências humanitárias. A formação do CCJACE inclui instruções técnicas, práticas de campo e reflexões éticas, a fim de assegurar uma cobertura jornalística mais assertiva dessas pautas extremamente desgastantes, no campo psicológico, devido ao alto grau de estresse que envolve o noticiário de guerra e emergências humanitárias.

Nesse contexto, o Manual de Correspondente de Guerras da Reuters (2015), por exemplo, serve de referência prática para os jornalistas e estudantes de comunicação terem noção de como se desenvolvem as coberturas extremas. Esse guia de boas práticas em comunicação destaca a preparação técnica, ética e psicológica dos repórteres em zonas de conflito. Embora o manual seja concebido para atuação em área de combate, o documento serve como base adaptável às emergências humanitárias, já que contempla

protocolos de segurança, diretrizes sobre saúde mental e orientações de comunicação responsável diante de situações de risco.

Logo, a perspectiva adotada nesse estudo é a de que a cobertura de emergências humanitárias exige preparo técnico, domínio ético, sensibilidade social e estabilidade emocional. Por isso, o CCJACE oferece conhecimentos técnicos em proteção individual, armamento, munições e seus efeitos, conduta em áreas de risco, primeiros socorros, combate a incêndios, patrulhas urbanas, uso de equipamentos militares com função dual (bélica e humanitária), além de práticas de análise de risco e cobertura de ameaças nucleares, biológicas, químicas e radiológicas.

Além disso, os alunos praticam rapel, vão até uma favela fictícia para acompanhar uma incursão militar, frequentam aulas de orientação terrestre e giro do horizonte, com apoio de simulador virtual. Assim, sentem a importância de atuarem em equipe na pista de liderança e o maior dos desafios é sair ileso da missão simulada: exercício que reúne vários aprendizados ao longo do curso.

4.1- Conceitos teóricos e técnicos aplicados

O curso oferecido pela MB fundamenta-se nos princípios da comunicação pública, da accountability institucional, do direito à informação e da transparência ativa. Além disso, apoia-se em teorias da comunicação de risco e de crise, em diálogo com autores como Adriana Leiras, Cilene Victor e José Forni.

Primeiramente, a comunicação de risco não se confunde com a comunicação de crise. Enquanto esta diz respeito à reação dos órgãos civis e governamentais ante a um fato consumado, aquela age com antecedência e no campo da prevenção. Nesse contexto, Forni (2022) defende a ideia de que a comunicação de risco é fundamental para minimizar as consequências das emergências humanitárias e até evitar os efeitos dos desastres naturais de grandes proporções, caso os entes governamentais consigam se planejar para esse evento e, concomitantemente, divulgar informações, de forma preventiva e que alcancem a maior parte da população.

A comunicação de risco ajuda a opinião pública a se informar, monitorar e reagir a determinados riscos, que poderiam redundar em crises e ainda não se consumaram. Funciona como um alerta, portanto, para evitar crises ou, pelo menos, para minimizá-las. Ao manter a



população alertada, permite tomar decisões no momento adequado. (FORNI, 2022, p. 88)

De acordo com esse autor, a comunicação de risco permite que uma determinada instituição assuma o controle da situação, implantando mudanças e promovendo transformações. Com a vantagem de utilizar a comunicação como ferramenta estratégica para reduzir eventuais impactos negativos sobre a imagem e a reputação, alcançando todos os públicos de interesse.

Sem cultura de prevenção, sem mecanismos de monitoramento, sem normas de gestão de crises e sem uma ampla política de comunicação, essas empresas sequer têm consciência da vulnerabilidade de seus ativos intangíveis (valor da marca, imagem e reputação, interação com os stakeholders, entre outros). (FORNI, 2022, p. 10)

O fato de as emergências humanitárias abreviarem muitas vidas, não terem hora nem local para acontecer e, infelizmente, tornarem-se cada vez mais frequentes e impactantes no mundo todo, por si só, informa a relevância social do assunto. Compreender o papel fundamental da comunicação de risco para minimizar as consequências dos desastres naturais, permite identificar elementos que auxiliam a população na tomada de decisões e agem no combate à desinformação em emergências.

De acordo com Leiras (2017), tanto nos países de primeiro mundo quanto nas nações subdesenvolvidas, os indivíduos estão sujeitos aos efeitos das emergências humanitárias. A diferença está no nível de preparação para gerenciar essas crises, e na cultura de planejamento para minimizar danos de desastres naturais e conflitos armados.

Tanto países ditos desenvolvidos quanto os menos desenvolvidos estão sujeitos a desastres, o que expõe a fragilidade das nações para tratarem essas questões. Na maioria dos casos, o que verificamos é um despreparo para atuar na gestão do desastre, pois não há uma cultura de planejamento para enfrentar situações de crise (LEIRAS, YOSHIZAKI, SAMED e GONÇALVES, 2017, p. 31).

Portanto, é fundamental conscientizar a sociedade sobre os motivos dos desastres naturais e desenvolver no Brasil a comunicação de risco em crises humanitárias, ou seja, a comunicação que cria uma mentalidade para a prevenção de desastres naturais e que trabalha com a antecedência dos fatos.

A gestão dos riscos e de desastres é um instrumento de gestão que de forma interinstitucional permite eliminar ou reduzir os fatores de riscos e ainda administrar os eventos adversos quando eles atuam em um cenário vulnerável bem como recuperar este cenário (LEIRAS, YOSHIZAKI, SAMED e GONÇALVES, 2017, p. 60).

Para Victor (2021), a comunicação de riscos prepara a sociedade para respostas mais eficazes frente a ameaças coletivas, ou seja, não apenas informa, mas também organiza fluxos de sentido capazes de gerar ação social e institucional. Sendo assim, a autora garante que “a comunicação de riscos deve se antecipar ao jornalismo humanitário e de paz, chamando a atenção da sociedade sobre a urgência do enfrentamento das ameaças aos profissionais de imprensa”. Ela também enfatiza a ideia de que a comunicação de riscos pode descortinar crises invisibilizadas e proteger a saúde mental dos jornalistas, ao atuar como ferramenta de sensibilização e responsabilidade social.

De acordo com Lapolli (2013), a gestão de riscos e de desastres tem o intuito de preparar os entes governamentais e a população, a fim de capacitá-los nas respostas e na resiliência, com o propósito de sentir o mínimo de dano material e humano. Já para Moragas (2023) a ação jornalística pode construir comunidades resilientes ao conferir visibilidade à complexidade dos fenômenos climáticos e suas consequências sociais.

4.2- Solução proposta

Nesse estudo de caso, com ênfase em boas práticas de comunicação pública, a solução adotada pela Marinha do Brasil é a realização, anual e gratuita, do Curso de Cobertura Jornalística em Áreas de Combate e em Emergências (CCJACE). O evento é promovido pelo Centro de Operações de Paz e Humanitárias de Caráter Naval (COPazNav)- organização militar da MB-, em parceria com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), com apoio da empresa Condor Tecnologias Não Letais.

A proposta da Força Naval é oferecer uma formação inovadora que integra teoria de operações humanitárias, prática de campo, ética e estratégia de comunicação, com foco na atuação jornalística em emergências humanitárias. Para isso, os alunos são inseridos em um ambiente imersivo de cinco dias de atividades intensas, das 8h às 17h. Na sequência, pernoitam em hotel da Marinha do Brasil, em área central do Rio de Janeiro, a fim de serem incentivados a trocarem experiências, refletirem sobre os procedimentos

adotados em situações extremas e poderem aperfeiçoar as condutas nas próximas coberturas jornalísticas envolvendo emergências humanitárias.

Além disso, um dos intuitos do curso é promover a aproximação entre a Marinha do Brasil, a imprensa e a academia, promovendo uma cultura de diálogo e alteridade, em vez de fomentar antagonismos históricos. O CCJACE tem como missão construir pontes entre as Forças Armadas, as Forças Auxiliares, a Defesa Civil, os veículos de comunicação, do Brasil e do exterior, e as universidades brasileiras.

A ideia é oferecer uma formação técnico-operacional que permita compreender os desafios reais do trabalho em campo, em especial nas coberturas de missões de paz, emergências humanitárias e operações militares. Trata-se de curso de suma importância, tanto para os jornalistas e estudantes de comunicação quanto para as Forças Armadas e Auxiliares, por ajudar na compreensão mútua entre os militares, a imprensa e a academia. Todos buscam realizar o melhor trabalho possível. Por isso, quanto mais um entender o papel do outro, melhor será o resultado.

4.3- Plano de trabalho para implementar a solução

Desde 2024, o CCJACE é realizado anualmente pela MB, com carga horária de 45 horas. Durante cinco dias, os alunos passam por uma imersão, envolvendo a cobertura jornalística em emergências humanitárias. A programação contempla: palestras com autoridades militares, jornalistas experientes e especialistas em segurança pública e defesa civil; aulas práticas em unidades operacionais, como o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e a Cidade do Fogo, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ); visitas técnicas a navios da Marinha, simulações realistas, incluindo travessias em blindados anfíbios, patrulhas urbanas e resposta a situações de combate e resgate; capacitação ética e estratégica, com discussão sobre o papel da imprensa em contextos de crise e o uso das tecnologias em coberturas sensíveis.

Os comunicólogos navegam em veículos anfíbios utilizados pelo Corpo de Fuzileiros da Marinha do Brasil e pelos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos em emergências humanitárias. Os Carros Lagarta Anfíbios (CLAnfs) brasileiros foram empregados, em maio do ano passado, nas enchentes dos municípios da Região Sul do País, para resgatar pessoas e animais, entregar donativos e patrulhar casas que estavam

embaixo d'agua. Graças a esses equipamentos e a parceria da MB com os órgãos de segurança pública municipais e estaduais, a Brigada Militar de Guaíba-RS, por exemplo, pode chegar a lugares onde só os blindados anfíbios alcançavam. Já os militares do United States Marine Corps (USMC) empregaram esses veículos anfíbios, conhecidos como Assault Amphibious Vehicle (AAV), em Nova Orleans, em setembro de 2005, para minimizar os estragos do furacão Katrina.

Diante disso, ficou comprovado que muitos materiais militares possuem uso dual. Apesar de terem sido concebidos para guerra, também podem ser utilizados em emergências humanitárias, a fim de levar sensação de segurança para população vulnerabilizada e, principalmente, salvar vidas.

Entre as dezenas de disciplinas, os jornalistas e estudantes de comunicação recebem instruções práticas sobre medidas básicas de proteção individual como, por exemplo, o uso de máscaras em coberturas jornalísticas de protestos, onde são utilizados gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Os alunos também entenderam qual deve ser o procedimento diante de ameaças nucleares, biológicas, químicas e radiológicas, já que são riscos cada vez mais frequentes em grandes eventos como Copas do Mundo, Olimpíadas e cúpulas de líderes do G20, Brics e COP-30, que será realizada em novembro de 2025, em Belém-PA, atraindo olhares do mundo todo.

Os aprendizados vão além dos problemas enfrentados no Brasil. Embora não haja registros de minas terrestres no Brasil, os participantes do CCJACE aprenderam a identificar áreas com explosivos improvisados. Isso porque os Fuzileiros Navais da MB possuem expertise e já atuaram em diversas missões de desminagem humanitária no Brasil e no mundo. No momento, os Fuzileiros Navais brasileiros estão sendo empregados na Colômbia e existe a possibilidade de jornalistas brasileiros realizarem mais reportagens naquele país, a exemplo das equipes do jornal O Globo e da Record TV, em 2024.

Em todas essas experiências, a dimensão ética do jornalismo esteve presente: como informar com precisão sem colocar vidas em risco? Como preservar a integridade física e emocional dos profissionais em campo? Como traduzir tecnicamente os fatos e, ao mesmo tempo, preservar o compromisso público da informação? Essas são algumas das muitas perguntas que os jornalistas e os estudantes de comunicação tentam responder ao longo do CCJACE.

4.4- Recursos humanos, materiais e custos envolvidos

A equipe do curso envolve cerca de 30 profissionais, entre instrutores da MB, da PMERJ e do CBMERJ, especialistas civis, jornalistas convidados e técnicos de apoio. Os recursos materiais incluem: veículos blindados CLAnf; navios da Marinha, como o Navio Doca Multipropósito Bahia, o segundo maior da esquadra brasileira; simuladores operacionais e áreas de treinamento (Cidade do Fogo e a Pista de Conduta em Ambiente Urbano); equipamentos de proteção individual e armamentos não letais (fornecidos em parte pela empresa Condor); material didático, produção audiovisual e suporte logístico para acomodação e transporte dos participantes.

O Curso de Cobertura Jornalística em Áreas de Combate e em Emergências é totalmente gratuito para os alunos do Rio de Janeiro, já que a Marinha do Brasil fornece hospedagem de sete dias em hotel localizado na área central da cidade; quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche e janta) em organizações militares e transportes em ônibus fretado sem custo. Para os alunos de outros estados, o único investimento é no valor da passagem para a Capital Fluminense.

Essa gratuidade amplia o alcance social do projeto e atrai jornalistas e estudantes de comunicação de quase todos os estados da federação, reforçando o caráter público, heterogêneo, democrático e inclusivo.

5- Resultados atingidos, com avaliação e perspectivas

Em duas edições do curso, em 2024 e 2025, a Marinha do Brasil recebeu mais de 300 pedidos de inscrição. Conseguiu capacitar 94 alunos, entre jornalistas e estudantes de comunicação de sete universidades brasileiras, entre elas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Acre (UFAC), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

Nas duas turmas formadas até o momento, estiveram presentes 94 profissionais de imprensa e estudantes da área, distribuídos por 66 veículos de comunicação, de 17 estados mais o Distrito Federal, e divididos da seguinte maneira:

- a) 13 veículos de comunicação internacionais (Agências Anadolu, AFP, AP, Bloomberg, EFE, Reuters, Xinhua; TVs CGCTN, France 24 e NHK World Japan; Wall Street Journal e The New York Times e RAC Rádio da Catalunha);
- b) Sete redes de televisão abertas (Band, Globo, Record, Rede TV, SBT, TV Brasil e TV Câmara);
- c) Três redes de televisão fechadas (BandNews TV, TV CNN Brasil e Record News);
- d) 10 jornais (Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo, Extra, O Dia, O Sul, Zero Hora, O Liberal-PR, Folha do Acre e Gazeta-MT);
- e) Dois portais de notícias (G1, Agência Brasil);
- f) Duas rádios (Rádio CBN Amazônia e rádios Gaúcha-RS);
- g) 18 veículos de comunicação regionais (sites Canindé.com-CE, Cáritas Brasileira-BA, Coluna Navegação em Foco-PA, Folha Regional-MG, Guarulhos em foco-SP, IN CE, Total News-MS e Xapuri Socioambiental-AC; TVs Inter TV Cabugi-RN, NDTV-SC, RBS TV-RS, Rede Amazônica-AM e RR, TV Vanguarda-SP, TV Tribuna-PE, TV Verdes Mares-CE, TV Pampa-RS, TV Encontro das Águas e TV Centro América-MT)
- h) 11 mídias especializadas em defesa (sites Aerodefesa, Defesa em Foco, Defesa Aérea e Naval, Forças Terrestres, GBN Defense, Poder Naval, Portal R3 e Poder Aéreo; agência Jane's Defense; revista Operacional e canal Base Militar Video Magazine).

Além disso, houve a participação de quatro estrangeiros, vindos dos Estados Unidos, Espanha, Itália e Portugal, e o curso obteve apoio de divulgação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), organizadora do maior congresso de jornalismo da América Latina, que enviou a sua presidente para a turma de 2025.

Os participantes do CCJACE avaliaram a experiência como altamente positiva, destacando a aplicabilidade direta do conteúdo em suas rotinas profissionais. Os jornalistas relataram que o curso proporcionou um novo olhar sobre a cobertura em zonas de risco, oferecendo subsídios técnicos e estratégicos que ampliam a segurança e a qualidade das reportagens. As atividades práticas com os militares do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil (MB), da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) foram citadas como diferenciais que enriquecem a atuação jornalística em contextos extremos.

Muitos alunos destacaram que o curso ampliou seu entendimento sobre os bastidores das operações de segurança e de defesa, fortalecendo a responsabilidade

jornalística diante da complexidade dos conflitos e emergências contemporâneos. Houve também relatos de superação pessoal, amadurecimento profissional e conscientização sobre os riscos reais enfrentados em campo.

A estrutura física e logística do curso foi elogiada por sua excelência. A imersão no ambiente militar, incluindo simulações realistas, visitas a unidades operacionais e embarque em navios e blindados, ofereceu uma vivência única. A organização do treinamento foi considerada excelente, com cronograma bem distribuído, apoio constante das equipes e acolhimento institucional.

Quanto à qualidade do conteúdo, os participantes apontaram equilíbrio entre teoria e prática, com ênfase em aspectos éticos, técnicos e humanos do jornalismo de crise. A pluralidade de vozes, a presença de especialistas e o ambiente colaborativo entre profissionais de diferentes regiões e veículos reforçaram a relevância do curso como uma referência de formação em comunicação pública e cobertura de emergências.

A perspectiva é de que o CCJACE ganhe maior capilaridade nos próximos anos e alcance alunos dos 26 estados mais o Distrito Federal. A MB pretende ampliar a participação internacional, de quatro profissionais de imprensa para, pelo menos, 10 representantes de veículos de comunicação internacionais.

O ideal é que o curso seja patrocinado por alguma instituição privada, a fim de financiar as passagens aéreas, principalmente, de jornalistas e estudantes de comunicação das Regiões Norte e Nordeste do Brasil para o Rio de Janeiro. Isso reforça o caráter plural e inclusivo do Curso de Cobertura Jornalística em Área de Combate e em Emergências e o compromisso da Marinha do Brasil com a democratização da informação, com a justiça socioespacial e com a equidade territorial.

Referências bibliográficas

AMARAL, Márcia; LOOSE, Eloísa; GIRARDI, Ilza (Organizadoras). **Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024. e-book.

CARVALHO, Eros M. **O pós-negacionismo climático**. UFRGS – Jornal da Universidade. 21 maio 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/o-pos-negacionismo-climatico/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

COMUNITAS. **Guia para o Enfrentamento às Emergências Climáticas: Estratégias de Colaboração Público e Privada**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.comunitas.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BROWN, Philip H.; MINTY, Jessica H. **Media Coverage and Charitable Giving After the 2004 Tsunami**. Southern Economic Journal, v. 75, n. 1, p. 9-25, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.2325-8012.2008.tb00889.x>. Acesso em: 06 out. 2024.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia - Teoria e Técnica**, São Paulo: Atlas, 2018.

DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. Rio de Janeiro: Atlas, 2009

FORNI, João José. **Gestão de crises e comunicação: o que gestores e profissionais de comunicação precisam saber para enfrentar crises corporativas**. São Paulo: Atlas, 2022.

GOOGLE TRENDS. **Humanitarian Actions**. 2021. Disponível em: <https://trends.google.com>. Acesso em: 06 out. 2024.

HUMANIZACOM. **Sobre o HumanizaCom: grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions**. Disponível em: <https://www.humanizacom.org/about-8>. Acesso em: 08 set. 2025.

LAPOLLI, A. V. (2013). **O plano diretor e o plano de gerenciamento de enchentes do município de Rio do Sul - SC: a construção de um território seguro?**. 208fls. Dissertação de Mestrado profissional em planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Florianópolis.

LEIRAS, Adriana et al. (org.). **Logística humanitária**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

MORAGAS, N. **Mudanças climáticas: o enquadramento do risco em conteúdos jornalísticos na mídia digital**. Revista..., 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/74004>. Acesso em: 08 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo 16 da Agenda 2030: paz, justiça e instituições eficazes**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals/goal16>. Acesso em: 08 set. 2025.

REUTERS. **Handbook for War Correspondents**. Londres: Reuters Foundation, 2015.

RYNA, Yeoh; KIM, Nuri. **Nameless, Voiceless, and Helpless: Visual Framing of Distant Outgroups in Online Humanitarian Appeals**. Journal of Intercultural Studies, v. 45, n. 4, p. 772-794, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/07256868.2022.2107622>.

VICTOR, C. **Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015.

VICTOR, C. **Silêncio na redação – a saúde mental de jornalistas na abordagem da comunicação de riscos**. RECIIS, v. 17, n. 1, p. 112-133, 2023. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/download/3400/2589/13769>. Acesso em: 08 set. 2025.